

Mediadores da pobreza e a pobreza dos mediadores¹

Paulo Freire Mello²

Resumo – A partir do Censo Agropecuário 2006 e de pesquisas em assentamentos brasileiros, constatam-se baixas rendas e alta desigualdade no âmbito da pequena produção agrícola brasileira. Para além de fatores estruturais e relacionados à gestão pública, faz-se necessário uma crítica dos trabalhos de mediação, especialmente relacionados à extensão rural e ao acompanhamento de ações e projetos de desenvolvimento. Procura-se estabelecer um diálogo entre a economia e as ciências sociais, com ênfase na abordagem de Olivier de Sardan, ligada à antropologia do desenvolvimento. Conclui-se sugerindo a necessidade de se problematizar as abordagens teóricas e metodológicas frequentemente usadas nessas situações, buscando, com isso, lançar luz sobre processos sociais prevalentes no espaço de mediação que influenciam a consecução das ações de desenvolvimento.

Palavras-chave: antropologia do desenvolvimento, desigualdade, extensão rural, pobreza rural.

Poverty mediators and poverty of mediators

Abstract – From 2006 agricultural census and research in Brazilian settlements, there has been low incomes and high inequality within the small agricultural Brazilian production. In addition to structural and related to public management factors, it is necessary a review of the mediation work, especially related to rural extension and accompanying actions and development projects. We seek to establish a dialogue between economics and the social sciences, with emphasis on Olivier de Sardan approach linked to development anthropology. We conclude by suggesting the need to discuss the theoretical and methodological approaches often used in these situations, seeking thereby shed light on prevalent social processes within mediation that influence the achievement of development actions.

Keywords: development anthropology, inequality, rural extension, rural poverty.

Introdução

A pobreza é tema mais amplo que as possibilidades deste texto. O ato de se traçar uma linha a partir da qual se define pobre, bem como velho, jovem, território, por exemplo, pode ser entendido como típico problema social transmutado em sociológico, em que, a partir de um continuum,

os limites traçados resultam das lutas sociais. Mais do que transformados em fato, natural ou cultural, demandam explicação (LENOIR, 1996).

Sabe-se que pobreza envolve muito mais do que a renda propriamente, o que não reduz sua importância. Há muitos indicadores que levam em conta a privação na saúde, na educação

¹ Original recebido em 30/6/2017 e aprovado em 16/8/2017.

² Engenheiro-agrônomo do Incra do Rio Grande do Sul, doutor em Desenvolvimento Rural. E-mail: paulo.mello@poa.incra.gov.br

e no padrão de vida, por exemplo (BORGES et al., 2012; DEDECCA, 2012). Além disso, convém lembrar que a ideia de pobreza possui ampla variação no tempo e no espaço. Na Europa, de modo geral, pobre é aquele que auferia renda em torno de 50% menor do que a média (SALAMA, 2012). Para o caso brasileiro, estamos falando de situações muitíssimo mais desiguais.

Mesmo se nos limitarmos só ao meio ao rural brasileiro, além de mais de cinco milhões de estabelecimentos há um número significativo de assalariados rurais, muitos deles pobres (BALSADI, 2012). Discute-se aqui apenas uma parte da questão, aquela relacionada à pequena produção agrícola ou à fração empobrecida da agricultura familiar³.

A situação da pequena produção brasileira não é alvissareira do ponto de vista econômico. Com base no censo de 2006 (ALVES et al., 2016), quase três milhões de estabelecimentos rurais podem ser considerados pobres ou muito pobres – também chamados de indigentes ou extremamente pobres⁴. Nessa situação, está grande parte dos assentamentos brasileiros. Duas pesquisas de amplo escopo demonstram as baixas rendas dos assentados do Rio Grande do Sul e da Bahia, na comparação com o salário mínimo, e a alta desigualdade interna e inter-regional. Pesquisas preliminares demonstraram que a situação econômica dos assentamentos desses dois estados se assemelha ao do restante do País, sendo o Rio Grande do Sul semelhante ao Sul, Sudeste e Centro-Oeste; e a Bahia, ao Norte e Nordeste (MELLO, 2016).

Tudo leva a crer que um número expressivo desses estabelecimentos está sendo impedido de qualquer possibilidade de sobrevivência econômica por conta dos mecanismos de mercado.

Isso ocorre porque a resiliência da pequena produção, como se sabe, alicerçada no trabalho (BAIARDI; ALENCAR, 2014; CHAYANOV, 1981), está severamente ameaçada: esse fator de produção, como a terra, vem se tornando elemento cada vez menos importante na produção, diante do avanço tecnológico (ALVES et al., 2013).

Gasques (2015 citado por ALVES et al., 2016) demonstrou que os gastos públicos com extensão rural no Brasil, chegaram ao seu máximo em 2000 e 2001 e, depois, em 2012 e 2014. Os gastos nos outros anos desse período, com exceção de 2007, foram menores. Ou seja, há séria limitação financeira, embora tenha havido, no caso dos assentamentos, avanços do volume de gastos. Ainda assim, nas últimas duas décadas nunca se atendeu mais do que 30% dos assentados brasileiros. Corroborando a informação financeira, o censo de 2006 revelou que somente 1,2 milhão de estabelecimentos alegou ter sido assistido naquele ano (ALVES et al., 2016).

Além da falta de recursos e infraestrutura, visualiza-se pelo menos quatro questões entrelaçadas e dignas de atenção: 1) as imperfeições de mercado achatam a rentabilidade dos pequenos produtores, cuja falta de escala os impele a vender a preços abaixo do mercado e a comprar a preços superiores (ALVES et al., 2016; DE JANVRY, 2010); 2) insuficiência técnica dos extensionistas, dificultando assim a adoção tecnológica⁵; 3) ineficiências da gestão dos órgãos públicos envolvidos; e 4) insuficiências teórica e metodológica, especialmente relacionadas ao militância⁶ de parte dos mediadores.

São temas que merecem ampla discussão, mas que não cabem neste artigo, que limitará a abordar o item 4. Considere-se que a extensão

³ Para uma análise sobre a construção social das diversas terminologias, ver Navarro e Pedroso (2011); sobre a agricultura familiar, ver Neves (2005).

⁴ Há uma terminologia variável, da mesma forma que é variável a linha de corte que arbitra a pobreza (ALVES et al., 2013; DEDECCA, 2012; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006).

⁵ Exceção possível é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) (HELFAND; PEREIRA, 2012).

⁶ Dedicção sistemática a uma causa ou organização, geralmente no sentido de uma contestação ou transformação a respeito de algum tema. Seria preciso uma análise de trajetórias, ou carreiras, como sugere Fillieule (2001), para dar conta das motivações e lógicas de engajamento para o caso concreto da mediação no rural brasileiro; assim, esta abordagem deve ser lida como um convite ao aprofundamento do tema.

rural tem papel importante no encaminhamento do item 1, especialmente colaborando para a construção de ações coletivas e no cooperativismo. Com base num olhar econômico e sociológico, o texto discute aspectos prevalentes relacionados à mediação em projetos de desenvolvimento com pequenos produtores para, enfim, apresentar abordagens que, assim se espera, contribuam para sua compreensão.

Um olhar econômico

Chamamos atenção para a necessidade de um olhar econômico com foco na lucratividade – bem como no ambiente institucional, chave para o empoderamento (BINSWANGER, 2007) –, haja vista a quase universalização da busca do ganho econômico, mesmo naquelas populações ainda tidas por muitos como imunes a isso, caso dos indígenas.

Uma recente matéria jornalística mostra indígenas do Xingu que passaram a receber bolsa-família e optaram por morar nas cidades em busca de vida melhor para os filhos. Os acampamentos de índios Guarani na beira da BR-116 entre Porto Alegre e Pelotas não revelam uma desterritorialização, e, sim, uma opção por locais onde é possível a venda de artesanato. Não se propõe uma reflexão sobre a (complexa) situação indígena, mas de algo inescapável: não há mais como denegar a necessidade de ganhos econômicos, dado o grau de mercantilização e de expansão dos desejos em nossa sociedade.

Como uma terceira ilustração, cita-se o caso de uma unidade demonstrativa para manejo da Caatinga, apresentada há alguns anos em Pernambuco, em que se previa uma série de ações, talvez inovadoras – e, quem sabe, muito interessantes do ponto de vista técnico –, mas que pressupunham a instalação de telas ou cercas com muitos fios, já que estamos falando de cabras ou ovelhas, o que é, como se sabe, algo bastante caro, portanto raro, no semiárido brasileiro. O pesquisador não tinha avaliado os custos e a rentabilidade do sistema.

Num último exemplo, certa cooperativa de pescadores artesanais próxima a Porto Alegre, ganhou, em 2002, uma indústria de processamento de pescado. Após sua (formidável) conquista, os pescadores passaram a procurar auxílio para administrar a mesma, pois não tinham capital de giro nem conhecimento em gestão. Uma ONG de “economia solidária” que os acompanhava priorizou o artesanato e os pescadores resolveram arrendar a indústria.

Considerar a rentabilidade dos pequenos produtores não é necessariamente uma postura economicista, é fato inescapável. Convém retomar a metodologia de diagnóstico de sistema de produção (ANÁLISE., 1997), utilizada para avaliar os assentamentos (GUANZIROLI, 1994; MELLO, 2016). Apesar de conhecida, tem sido pouco utilizada.

Os questionários podem ser adaptados e tabulados em planilhas de cálculo. Além de calcular a produção agropecuária vendida e o autoconsumo (cuja soma é o valor bruto da produção), assim como os custos totais (que nos permite calcular as rendas agrícolas), pode-se captar a renda não agrícola e os outros ingressos não agrícolas, com benefícios, auxílios etc.

Essa metodologia tem a vantagem de ser relativamente rápida, sem perda considerável de eficiência. Evidentemente, as sondagens econômicas podem ter um detalhamento intensificado, a depender do objetivo que se busque. O diagnóstico proposto, ao ser aplicado pelos técnicos que atuam na área, permitem, de forma simples (o que, por si só, é muito importante, pois o processo tem que ser factível), um melhor conhecimento de cada família, de suas estratégias produtivas e econômicas amplo senso. Após tabulação, os dados devem ser validados em conversas individuais ou reuniões coletivas, onde as famílias podem ser agrupadas conforme interesse temático para melhor encaminhar a discussão tecnológica.

Uma terceira utilidade do diagnóstico é a possibilidade de efetuar o monitoramento da situação de cada família, da área como um todo

e, através disso, da própria atuação da extensão rural, se acumulamos uma série histórica e visualizamos os avanços ou retrocessos.

Evidentemente, a análise econômica deve ser complementada com outras áreas do conhecimento, e não descartada (salvo exceção), sob a justificativa que, em determinadas situações, a pauta seria outra, como é o caso de assentamentos altamente influenciados pela luta política de determinadas organizações (DIESEL; HASS, 2012)⁷. Nossa vivência com assentamentos brasileiros nos mostrou certa indisposição dos agentes engajados na política de reforma agrária em efetivar este tipo de diagnóstico. Além do já citado antieconomicismo, por vezes, argumenta-se que não há porque dispendar tempo em questionários individuais quando uma análise coletiva e “participativa” seria o suficiente. O que está por trás disso é a crença (infundada) da igualdade nestas áreas.

Um olhar sócio-antropológico

Uma segunda dimensão de análise diz respeito à necessidade de um olhar sócio-antropológico que supere a superficialidade dos “métodos participativos”, na acepção de Chambers (2010), tão comuns nos dias atuais, assim como a de análises puramente baseadas em indicadores genéricos. Parte-se do pressuposto de uma necessária, ou, pelo menos, recomendável indissociabilidade entre as subáreas das ciências sociais (BOURDIEU, 2007). Tendo em vista a imensa multiplicidade de perspectivas teóricas passíveis de utilização, faz-se escolhas, o que não quer dizer que inexistam outras possibilidades interessantes e legítimas.

A abordagem puramente sociológica, no sentido clássico, pode se beneficiar na compreensão dos processos sociais, em especial, quando tratamos de capital social⁸ e seus efeitos na pobreza – como foi o caso de Aquino et al. (2016) –, se complementadas com a antropologia. A participação do agricultor numa associação é só uma primeira informação. Interessa saber que posição dentro da associação, que sentido atribui a isso, que relações resultam etc. A cooperativa, por exemplo, é local de controle do capital social coletivo, que pode virar monopólio dos seus dirigentes (GUTIÉRREZ, 2005). É notável que seja mais comum encontrarmos associações nos assentamentos baianos do que nos gaúchos, apesar destes apresentarem rendas maiores. Será a presença de associações um indicador confiável?

Acreditar na possibilidade de diálogo entre áreas do conhecimento tão diversas quanto a economia neoclássica e institucional e as ciências sociais não significa desconhecer, tampouco eliminar diferenças, e sim, buscar complementariedades possíveis (AZEVEDO, 2015), seja em projetos de desenvolvimento ou mesmo nos estudos de adoção tecnológica. A seguir, discutimos alguns processos sociais prevalentes em projetos de desenvolvimento rural.

Mediação, *brokerage* e clientelismo

A análise da mediação ganha se considera a dimensão de poder e das estratégias de acumulação de forças sociais em ambientes estratificados, conforme propõe Pierre Bourdieu⁹. Correntemente, mediar é conciliar. Num sentido sociológico, é necessária maior precisão.

⁷ O texto em questão é rico para outras observações sobre os chamados métodos participativos: a imposição de temáticas (como a ambiental) e a forma exaustiva como se propõe as conversas grupais acabam afastando o público das atividades, pois, evidentemente, precisam de respostas mais pragmáticas para seus problemas econômicos. Pode ocorrer, também, por inobservância, o acúmulo de tensões resultantes de intensa convivência de grupos rivais. Na verdade, uma famosa descrição do “diagnóstico rural participativo” preconiza, acertadamente, uma escuta especial aos “desfavorecidos da comunidade” (VERDEJO, 2003).

⁸ O conceito foi originalmente desenvolvido por Bourdieu, para dar conta de propriedades não redutíveis aos indivíduos, que se referem à mobilização dos capitais de um grupo a que pertence ou de outras pessoas por meio de uma rede durável de relações (BOURDIEU, 2008). Considere-se as diferenças epistemológicas entre a perspectiva de Bourdieu e de outros autores, como Coleman e Putnam (CORADINI, 2010a).

⁹ Cavalcanti (2015), no contexto da Embrapa, ressaltou a necessidade de se avaliar os diferentes capitais do público-alvo para gerar e transmitir tecnologias adaptadas.

Consideraremos doravante como uma forma de instituir um sistema de regras para consagrar uma ordem em direção a novos modos de conduta (NEVES, 1998). Procedimento de tradução e bricolagem de linguagens – o que significa colocar em relação não só palavras, mas maneiras diferentes de pensar a realidade –, a mediação pode viabilizar o acesso de agricultores a políticas públicas. Entretanto, os mediadores, tendo que lidar com táticas e estratégias locais (quais as forças presentes, suas lógicas de ação, como tirar partido de um projeto, etc.), são impelidos a uma “tripla função impossível”: defesa de seus interesses, daqueles da instituição em que trabalham e do público-alvo (OLIVIER DE SARDAN, 1995).

Diante de agricultores tendencialmente desprovidos de um projeto político próprio¹⁰, os mediadores, para fazer valer seus projetos políticos, atuam produzindo crenças comuns por meio da “educação” para viabilizar mudanças de posição. Com efeito, suas diferentes respostas diante do trabalho dos mediadores são dependentes de suas trajetórias e posição no “campo”, conformando um espaço possível de relações¹¹ e uma tendência a beneficiar os mais conectados aos centros de decisão política (NEVES, 1998).

Ações estatais de desenvolvimento rural, não raro, se deparam com estruturas de tipo patrão-cliente, as quais podem ser reforçadas ou não pelas intervenções públicas, na medida em que essas ampliem a autonomia dos grupos beneficiários ou, ao contrário, intensifiquem as relações de dependência pessoal. Nossas pesquisas em assentamentos, desde 2005, demonstraram que essa última situação ganhou relevo na reforma agrária brasileira, possibilitando a liderança¹² política de um determinado grupo dessa fração do rural – na interface com os órgãos públicos responsáveis por ele – que gira em

torno da reforma agrária e da agricultura familiar (MELLO, 2016).

Há muito mais do que clientelismo. Embora essas relações possam promover coesão social, tem-se considerável prevalência de solidariedades horizontais (LEMARCHAND, 1977). A análise das assimetrias não obscurece a necessidade de percebermos coalizões simétricas. Grupos, corporados ou não, ligados por parentesco, vizinhança e religião, coexistem com conjuntos-ação assimétricos, como aqueles voltados para o arrendamento de terras ou controle dos recursos críticos em assentamentos rurais (MELLO, 2016).

A mediação pode assumir uma faceta mais específica, a *brokerage*. Analisando projetos de desenvolvimento rural, Olivier de Sardan (1995) diferenciou *broker* de agente de desenvolvimento. Este seria o termo mais adequado para nomear agentes governamentais, técnicos, etc. Aquele seria algo similar ao que Wolf (2003) definiu como *broker* voltado à comunidade, ou seja, agentes que intermedeiam recursos para sua arena local. Nos parece que agentes governamentais também podem ser entendidos como *brokers*, quando assumem características de um patrão que realiza a mediação com instituições públicas, na medida em que também estabelecem processos de dominação por meio de relações de reciprocidade assimétricas.

A disputa entre as coalizões por recursos materiais (terra, água, recursos financeiros) e simbólicos (por exemplo, nos assentamentos, a possibilidade de serem ou não entendidos como “irregulares” pelo Incra) é o espaço por excelência de atuação dos *brokers*. Manipuladores profissionais (BOISSEVAIN, 1987), eles controlam as sinapses cruciais das relações que conectam o sistema local e o todo (WOLF, 2003), isso porque,

¹⁰ Enquanto uma classe objeto, conforme Bourdieu (1977).

¹¹ Despossuídos cultural e economicamente, os assentados tendem a se engajar na relação com os porta-vozes de forma homóloga ao que se passa no campo religioso (CORADINI, 2010b).

¹² Busca-se traçar uma diferença com o conceito gramsciano de hegemonia. Esta representa um mecanismo de legitimação da ordem social e da elite dirigente da sociedade, quando ela faz reconhecer sua capacidade de dirigir um conjunto de atores e definir os objetivos da sociedade. Liderança, por sua vez, refere-se ao setor (JOBERT; MULLER, 1989), no caso, o espaço social da reforma agrária e da pequena produção rural.

para ser um *broker*, deve controlar de forma exclusiva as funções críticas e de importância direta, pois quando os *links* alternativos tornam-se disponíveis, deixa de o ser (BOISSEVAIN, 1974). Com a ampliação da competitividade na intermediação e da participação direta, arrefece o poder dos *brokers*, na medida em que os benefícios públicos passam a ser vividos como direitos ou conquistas grupais e não como dádivas destes mediadores.

São esses verdadeiros empreendedores que formam conjuntos-ação, cliques, enfim, coalizões que competem por recursos escassos e valiosos. Para que se efetive o domínio desses recursos, ocupação, educação, capital econômico, ou mesmo circunstâncias fortuitas, são lançados mão para ocupar as posições centrais nas coalizões. A operação de um conjunto de *links* estratégicos é realizada por esses especialistas em rede, que inovam e arriscam, manipulando recursos direta e indiretamente, neste caso, por meio de contatos estratégicos com outras pessoas que controlam esses recursos. Os *brokers* fazem pontes entre pessoas, grupos, estruturas e até culturas (BOISSEVAIN, 1987).

Dito de outra forma, *brokerage* é um negócio (não no sentido estritamente econômico). O principal capital do *broker* é sua rede de relações pessoais, geralmente baseadas em reciprocidade. Seu crédito consiste no que os outros pensam que seu capital é, ou seja, são expectativas que estão em jogo. Nunca se sabe a extensão do capital do *broker*, então ele age diante da ignorância dos outros com respeito a até onde ele pode ir. Com o simples patrão, as pessoas sabem melhor dos limites; enquanto que com o *broker*, nunca se sabe quando e o que será oferecido, então ele manipula (BOISSEVAIN, 1974). Enfim, há patrões que não intermedeiam, há mediadores que não estabelecem relação clientelística e há aqueles que fazem as duas coisas. São esses últimos que descrevemos, ou seja, patrões mediadores, *brokers*.

O clientelismo viceja onde há o controle de recursos críticos por patrões, e a clientela se

encontra, em maior ou menor grau, impossibilitada de acessar esses recursos ou aos contatos que permitem esse acesso, sem passar antes pelos patrões ou pelos *brokers*. Fora disso, um vazio de contatos, passível de ser compreendido com a noção de buraco estrutural. Não necessariamente relacionada a clientelismo, essa espécie de isolamento relativo entre grupos sociais mais intensamente conectados é esclarecedora do papel relevante dos *brokers*.

Na visão de Burt (2005), os *brokers* ocupam função vital na superação dos buracos estruturais das redes sociais, promovendo a ligação de grupos isolados, mas fortemente unidos internamente e com linguagens próprias (*clusters*). O seu sucesso é associado ao capital social, ou seja, é relativo à quantidade de contatos que se dispõem e, mais especialmente, ao quão melhores posicionadas eles estão. Nessa perspectiva, *brokerage* é a ação de coordenar a construção de pontes por esses buracos, de modo que os atores que conectam grupos desconectados acumulam mais capital social que outros, mesmo quando dispõe de mais ligações, graças às vantagens competitivas na detecção e no desenvolvimento de oportunidades (BURT, 2005).

Uma das formas que a *brokerage* assume é a de porteiro (*gate keeper*), na qual alguém de (ou que controla) um *cluster* decide quem (ou o quê) de fora terá acesso a este grupo (GOULD; FERNANDEZ, 1989). É uma modalidade recorrente na reforma agrária, quando os recursos governamentais aos assentamentos são vividos como dádivas (MELLO, 2016).

A mediação rural também lida com raça e etnia¹³. Os espaços de interação entre agentes do Incra e assentados estão informados por esquemas geradores de apreciações e expectativas de desempenho negativo da parte dos não brancos. Agentes do Incra comumente explicam pelo “fator raça” o “fracasso” dos assentamentos. No Rio Grande do Sul¹⁴, onde comparamos rendas de brancos e não brancos, as diferenças nas estraté-

¹³ Salama (2012) e Silva (2000) discutiram o tema na avaliação de desigualdades econômicas.

¹⁴ Na Bahia, os resultados foram diferentes e inconclusivos, nos remetendo a uma discussão mais específica.

gias de vida, mesmo que explicando parcialmente as diferenças de renda, acabam servindo para o agravamento da desigualdade, porque, vistas de forma pejorativa (ou não vistas), promovem a estigmatização e o conseqüente desinvestimento por parte daqueles que, deveriam ser os agentes de “desenvolvimento social”. Dessa forma, a renda menor das etnias estigmatizadas pode ser explicada por diferentes estratégias econômicas e pelos efeitos do racismo (MELLO, 2016).

Tema mais recorrente é a chamada “agroecologia”, diretriz da Ater, conforme legislação federal. O uso da expressão alastrou-se no País nos últimos anos¹⁵ (NAVARRO, 2013), mas é, possivelmente, na reforma agrária em que se manifesta mais fortemente (MELLO, 2016). Para sua prática, conta-se com técnicas agrícolas já amplamente utilizadas. Ocorre que estas, geralmente, geram baixas produtividades e alto risco, por isso a baixa adesão, ainda que a consolidação do *nicho de mercado* da agricultora orgânica seja louvável. Tal temática capturou a agenda de trabalhos da extensão rural e dos projetos de desenvolvimento de forma pouco crítica. Estaria a “agroecologia” realmente contribuindo para o combate à pobreza rural e para a desigualdade justificando tamanha centralidade? Não encontramos evidência de que a resposta seja positiva. Ao contrário, cabe avaliar se tal imposição na agenda de desenvolvimento não seria um entrave à adoção de tecnologias rentáveis por parte da pequena produção brasileira, especialmente, o que não é raro, quando associada a certo menosprezo pela rentabilidade, ou mesmo a um discurso antissistêmico.

Navarro (2013) categorizou três subgrupos dentre os “agroecologistas”: o “núcleo político” (dominante e manipulador), o “núcleo operacional” e o “núcleo de militantes”, sendo que ambos seriam ingenuamente dominados pelo primeiro.

A construção sociológica de um ponto de vista dos pontos de vista dos agentes num campo estruturado poderá permitir que não se encerre a questão apenas na denúncia de manipulação, ainda que não se negue o fato. Por hipótese, a emergência da “agroecologia” é tributária da construção da categoria “agricultura familiar”, ocorrido nas últimas décadas, enquanto “crystalização de investimentos políticos e posturas ideológicas que hoje orientam polarizações formuladas no campo político de concorrência por redefinição das formas de redistribuição de recursos públicos estatais” (NEVES, 2005, p. 90). Expressão forjada, dentre outras balizas, em “contraposição ao empresário rural, produtivo, tecnicista, e predador” (NEVES, 2005, p. 72).

Seria necessário uma nova distinção com relação ao grande grupo que compôs a construção da expressão “agricultura familiar”, que, segundo a autora, seriam agentes interessados em reinventar os trabalhos de extensão rural. Que especificidade teriam este subgrupo? O estudo de trajetória dos agentes envolvidos ajudaria a caracterizar os *habitus*¹⁶ propensos a determinadas estratégias discursivas e práticas, dando sentido às condutas e proporcionando lucros simbólicos aos mesmos.

Uma possibilidade de análise seriam os grupos contraculturais. Bourdieu (2007) descreveu como uma fração específica do mundo social francês – denominada ali nova pequena burguesia – estabelecia práticas distintas, as quais, e apesar de espelhadas na nova burguesia, visavam denegar as hierarquias sociais e estabelecer uma nova, ainda que com as velhas armas do moralismo. A seguir, o autor, desvelando a tentativa de inclassificabilidade do grupo em questão, apresenta um longo *index* do que chamou de anticultura adolescente, que, sinto-

¹⁵ É notável que num estudo sobre a pobreza rural no Rio Grande do Sul, a partir da abordagem de Ellis, dentre os (poucos) indicadores utilizados de capital físico dos agricultores surja “cultivo de agricultura orgânica”, em que pese o fato de somente 0,03% do grupo estudado a praticasse (AQUINO et al., 2016). Tal situação tem sido cada vez mais comum em projetos de desenvolvimento rural, onde a expressão “agroecologia” aparece como elemento central no combate à pobreza e desigualdade – a exemplo de *International Fund for Agricultural Development* (2013), inclusive, compondo as normativas e manuais, como os do Incra (MELLO, 2016).

¹⁶ No sentido de Bourdieu (2007), um ajuste subjetivo e duradouro à objetividade do mundo.

maticamente, inicia com “agricultura biológica” (a corrente de agricultura ecológica mais forte na França, à época) e passa por anticientismo. Expressões “mal disfarçadas por uma espécie de sonho de voo social e por um esforço desesperado para arrancar-se da força de atração do campo social de gravidade” (BOURDIEU, 2007, p. 348). Essa fuga romântica do mundo social se passaria pelo enaltecimento da natureza e conformaria parte de uma estratégia de revolta na forma de um conservadorismo iluminado.

Sugere-se duas dimensões de análise para entender como o discurso da “agroecologia” penetra na política pública: as fissuras de um Estado ainda animado por processos clientelísticos e a adesão dóxica de grupos contraculturais. Cabe considerar, também, certo viés em direção a propostas coletivizantes, muitas vezes, em detrimento da realidade fática. A fraca adesão e os inúmeros fracassos, resultados dos baixos resultados econômicos dos grupos coletivos e dos desajustes sociológicos foram repetidamente constatados em assentamentos (MELLO, 2016).

Subjaz no discurso da “participação”, da “agroecologia” e do “coletivo”, entre outras bandeiras, um negligenciamento dos aspectos econômicos e sócio-antropológicos dos agrupamentos de agricultores, até mesmo da análise do espaço de mediação. No limite, até da autoanálise. Sua falta aduz a resultados escassos no combate à pobreza rural (por exemplo, na reforma agrária), mas, também, por hipótese, à desigualdade, fruto da concentração dos recursos públicos em grupos mais conectados a determinada narrativa. Visando sua superação, apresentamos uma abordagem metodológica para a mediação no desenvolvimento.

Antropologia do desenvolvimento de Olivier de Sardan

Olivier de Sardan, dentre outros temas, estuda projetos de desenvolvimento rural na África. O diagnóstico dos agrupamentos, uma espécie de pesquisa etnográfica comparativa, discute as estratégias de vida das famílias a partir da dinâmica

social interna destas áreas, em especial dos conflitos (um mote de entrada), através de objetivação participante nas atividades e reuniões dentro dos assentamentos e entrevistas semiestruturadas, estas focadas inicialmente nas relações de conflito entre grupos estratégicos, cuja metodologia foi batizada como ECRIS (*Enquête collective rapide d'identification des conflits et des groupes stratégiques*), ou seja, investigação coletiva rápida de identificação dos conflitos e dos grupos estratégicos, (OLIVIER DE SARDAN, 1995, 2011). Apesar da inspiração interacionista, a análise das arenas formadas em torno dos projetos não desconsidera as determinações externas.

A metodologia foi desenvolvida para uma equipe relativamente grande de pesquisadores, algo pouco exequível para a extensão rural, assim, é imperiosa a necessidade de simplificação, sem perder a capacidade de compreensão da realidade a se intervir, mantendo seus princípios e noções fundamentais: arena, conflitos, estratégia, interesse.

A ECRIS se desenvolve de forma contínua e num vai e vem entre fases individuais e coletivas, diferentemente da investigação etnográfica clássica, que privilegia a pesquisa individual de longa duração. E, também, dos métodos de investigação aceleradas, como o diagnóstico de sistemas de produção ou o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), feito comumente no Brasil, que privilegiam a investigação coletiva de curta duração.

Trata-se de identificar sumariamente os principais embates locais, a fim de poder predeterminar dentro de uma arena os grupos estratégicos (ou seja, propor grupos estratégicos provisórios para a investigação coletiva a seguir), reagrupando categorias de atores que *compartilham uma mesma relação global com estes embates*. Sendo a ação da extensão rural brasileira bastante relacionada a ações e projetos de desenvolvimento local (rural, regional, territorial etc.), a investigação preliminar revelará, por exemplo, a existência de embates por recursos públicos. Tais grupos podem incluir a burocracia estatal e comunidades profissionais, possibilitando uma análise transversal dos projetos.

O caso da reforma agrária, por ser, em si, um projeto de desenvolvimento rural, é emblemática, mas, a disputa por recursos públicos – inclusive simbólicos – entre grupos estratégicos com interesses e visões de mundo diferentes foi constatada em tantos outros contextos (BIERSCHENK, 1988).

Dado o grau de prevalência dessas configurações em torno de recursos públicos em projetos de desenvolvimento, Olivier de Sardan (2009) propõe uma *antropologia da governança*, entendida aqui como os diferentes modos em que bens públicos são entregues a usuários em todos os níveis da sociedade. E, ainda, sugere ênfase especial nas interfaces locais, ou seja, no espaço onde as pessoas que entregam esses bens (servidores públicos, agentes de desenvolvimento) e as pessoas que os usam se encontram (OLIVIER DE SARDAN, 2009). Ou seja, o espaço de mediação.

Compreender a mediação como tradução de linguagens e lógicas diferentes nos permite avaliar as trajetórias dos mediadores com relação a sua capacidade de utilização e bricolagem destas mesmas linguagens e lógicas. Olivier de Sardan (2009) visa uma abordagem analítica (e não normativa) na antropologia do desenvolvimento, em diálogo com a abordagem focada no registro de práticas, uma antropologia do desenvolvimento aplicada.

A ênfase recai sobre o que chamou de modo de governança de projeto de desenvolvimento, liderado por organizações externas que substituem ou assistem o Estado, associado a outros modos, como público (ou burocrático) e o associativo. Este, cuja emergência é atribuída às agências de desenvolvimento externas e aos “métodos participativos”, é conduzido pelos líderes locais. O espaço aberto por estes projetos e que propicia o encontro dos modos de governança, é palco da “*brokerage* do desenvolvimento”.

Há uma preocupação com as possibilidades de se melhorar os serviços públicos (a entrega de bens públicos) num ambiente permeado de relações clientelísticas, com características

neopatrimonialistas, improdutividade e intensa corrupção (para citar alguns achados empíricos do autor que caracterizam um modo público de governança). Vê-se similaridades com o Brasil, ainda que se pondere o grau em que os processos ocorrem.

É por meio da diferenciação do formal e do real, ou seja, do escrito/legal, em contraste com o que realmente ocorre nas práticas cotidianas que o autor persegue a inteligibilidade dos processos estudados. Entre um modo de conduta teoricamente técnico e impessoal e a realidade factual é que buscamos o que realmente se passa na implementação dos projetos. Nesse sentido, Olivier de Sardan (2009) descreve e analisa essa espécie de repertório de ação que são as *normas práticas*. Mesmo implícitas, regulam o comportamento dos agentes na interação com as normas oficiais e sociais (ambas explícitas) e fornecem uma margem de manobra para os mesmos. É sabido das ciências sociais o fato das pessoas agirem de forma diferente do que dizem ou do que está escrito ou formalizado. Há um *gap* que deve ser esclarecido. O que acontece se desconhecemos? Órgãos públicos em geral treinam e monitoram seu pessoal para que ajam de acordo com o prescrito, conforme as normas, mas os sucessos são tão escassos quanto aqueles obtidos pelos projetos de desenvolvimento.

Sem compreender as lógicas práticas, não implementamos as reformas que são, afinal, inerentes à própria definição de desenvolvimento. A perspectiva permite apreender práticas compartilhadas nas interações concretas, que são observáveis e descritíveis, conformando um uso mais preciso do conceito de cultura (burocrática, profissional, etc.), diferente da acepção culturalista (OLIVIER DE SARDAN, 2015).

O cooperativismo é, possivelmente, uma proposição que encontra consenso em qualquer corrente do pensamento que lide com pequenos produtores, variando os objetivos, se para superar imperfeições do mercado ou, do contrário, para romper, se isolar ou resistir ao mesmo. Todavia, são grandes as dificuldades de se formar e manter cooperativas. Porque elas prosperam mais

em algumas situações do que outras? Quais são os fatores do seu sucesso? Típico caso onde devemos lançar mão de boa teoria que nos forneça um olhar crítico e amplo.

A relação entre os grupos locais e destes com agentes de fora também foram exploradas por outros autores, tais como Elias e Scotson (2000), no caso de bairros populares na Inglaterra onde populações estabelecidas desenvolveram estratégias para estigmatizar *outsiders*; ou em Wolf (2003), sobre como forças externas conformaram configurações internas, caso das “comunidades corporadas” camponesas da América Latina, entre outros.

Os comportamentos dos pequenos agricultores no Brasil são tributários de diferentes atravessamentos. Práticas de reciprocidade, reinventadas ao longo do tempo (SABOURIN, 2009) coexistem com sociabilidades cada vez mais mercantilizadas (NAVARRO, 2016). Longe de uma visão a-histórica, considere-se os processos mutáveis e passíveis de avaliação empírica, em sua especificidade e dinâmica. Diante de um repertório de lógicas, os agentes fazem diferentes combinações estratégicas, faccionais, clientelistas, mercantis etc. É preciso dar conta do interesse, mas, também, do fato de que ele opera através da legitimação moral das normas práticas, as quais se configuram como recursos adotados por grupos estratégicos.

A análise das lógicas práticas é nuançada e não se restringe à bipolaridade clientelismo (ou neopatrimonialismo) x universalismo. Mesmo assim, leve-se em conta que tais lógicas se apresentam na realidade cotidiana de pequenos agricultores brasileiros de forma algo hierarquizada, por isso, não descartamos a hipótese de trabalho de que atualizações de relações clientelísticas (ou neopatrimonialistas, compondo uma mesma família conceitual) ainda mantêm papel revelador nos desígnios dos projetos de desenvolvimento.

Em suma, a ECRIS permite compor uma visão, relativamente rápida, das relações horizontais e verticais na disputa pelos recursos coletivos.

Considerações finais

Abordagens “participativas” não raro partem de uma premissa superficial de que estamos lidando com grupos homogêneos e isentos de dominação interna. Uma típica metodologia adotada em todo o país, o diagrama de Venn, por exemplo, ao ser aplicada a partir dessa premissa, não pode ser mais ineficaz. Quando o técnico sugere discutir que tipo de relação o grupo tem com o Banco local poderá concluir que a relação é, digamos, “pouco intensa”, “boa”, “ruim” etc. O que está em jogo é identificar quais agentes sociais têm relação estreita com o banco, tomam crédito, em que quantidade e como conseguem, e entender porque outros agentes não tem relação nenhuma e, por alguma razão, não tomam crédito. O mesmo vale para a participação em associações ou cooperativas. Concluir que um determinado grupo não participa é concluir pouco. Deve-se identificar o que se passa nessas organizações e qual a relação de suas lideranças com o conjunto de agricultores.

É possível pensar em lógicas clientelistas como geradoras de imperfeições de mercado na medida em que podem engendrar situações em que os recursos públicos (tão necessários ao desenvolvimento e tão escassos) adentrem de forma seletiva a estas comunidades, como dádivas dos mediadores locais e/ou governamentais. Por hipótese, tal processo está perpetuando ou, até, ampliando situações de desigualdade econômica e social.

No âmbito governamental, tais lógicas são entaves ao nosso velho, mas pouco discutido, problema de ineficiência governamental. Redes de lealdade pessoais, calcadas em diferentes princípios, associadas a vácuos e confusões legais geram relações personalizadas e de dependência com agentes internos ou externos, caso do Incra (MELLO, 2016). Instituições (do Estado ou sociedade civil) heterônomas, pouco democráticas ou desempoderadas (BINSWANGER, 2007) podem ser capturadas por uma elite que canaliza para si os recursos. Mesmo nas abordagens participativas, a captura pode ocorrer (RAY, 2001).

Relações clientelísticas geram dependência, antítese do desenvolvimento (GRAZIANO, 1975). Uma consequência concreta é a dificuldade de se prosperar organizações baseadas em relações simétricas como associações e cooperativas. Quando existem, muitas vezes, são atravessadas por tais relações.

A análise desses processos deve objetivar e posicionar os mediadores mais influentes. Que relação estabelecem com pessoas e grupos dentro de uma localidade? Isto porque, muitas vezes, sua ação vêm imiscuída de militantismo, operando por meio de inculcação de crenças e de sua visão de mundo, seja na interpretação dos problemas, seja em suas soluções. Ou não se apercebe das relações de poder e conflitos ou, simplesmente, toma-se partido por algum grupo. O mediador público (isso inclui a extensão rural) deve atuar como um meta ator, engajado na promoção da pluralidade e da simetriação.

Bem, em muitas situações, nós somos os mediadores! Cabe considerar que nicho ocupamos no campo social em questão, que interesses perseguimos, que convicções, a quem nos aliamos e quem hostilizamos? Estamos contribuindo para o bem comum mesmo? Evidentemente, em se tratando do ofício do pesquisador em ciências sociais, o desafio é maior e cabe atentar para o proposto por Bourdieu et al. (2004) com relação à necessária vigilância epistemológica. Convém dar conta de que a mediação envolve algum grau de violência e que pode não haver simetriação possível. É o primeiro passo para refletir que se a contradição não pode ser superada, deve ser gerida (NEVES, 1998).

O meio rural brasileiro é local de pobreza, desigualdade e êxodo. A agropecuária está altamente complexa e profissionalizada. O motor do processo é a inovação tecnológica e expulsa aqueles que não se ajustam a esta ordem econômica (ALVES et al., 2016). Por sua vez, ao lado do baixo dinamismo econômico de boa parte dos municípios, a infraestrutura e a capacidade de intervenção governamental são precárias. Assistência social, políticas de geração de emprego, combate ao trabalho infantil e escravo,

investimentos em infraestrutura, escolarização e capacitação são ações necessárias.

De outra parte, a extensão e a pesquisa têm o papel crucial de evitar que o mercado alije definitivamente a maioria dos pequenos produtores, o que pode ter impacto negativo no desenvolvimento das pequenas localidades, entre outras questões. Para isso, não se trata de dar as costas para a ciência (agronômica, econômica e social) e sim buscar alternativas viáveis, na medida do possível, para as imperfeições do mercado – onde o entorno define a lucratividade e a adoção tecnológica –, e para as relações de dependência que se perpetuam.

De Janvry (2010) defende a emergência de um novo contexto mundial de combate à pobreza rural que chamou de *novo paradigma da agricultura para o desenvolvimento*. Nada mais é do que a recuperação crítica (principalmente, nos aspectos ambientais e sociais) da revolução verde e sua implantação em vastas áreas do Planeta onde isso ainda não ocorreu, em especial, na África, cujo crescimento populacional ainda é impressionante. Contra essa proposição, Ellis (2010) argumentou que, para o caso da África subsaariana, o mais eficiente seria o estímulo aos pequenos agricultores para que migrem em direção às cidades, possibilitando melhores rendas e garantindo maiores e mais estáveis preços aos agricultores que ficarem no campo. Estes terão que intensificar a produção, obrigatoriamente. Não seria o caso de rever a ojeriza que se desenvolveu a respeito disso no Brasil?

Está bem detectada a necessidade de foco na capacitação agrícola e não agrícola (DEDECCA, 2012; HELFAND; PEREIRA, 2012), considerando, inclusive, um forte programa para aumentar a empregabilidade dos agricultores que desejarem sair da agricultura (não necessariamente da terra). Afinal – e, especialmente, no caso do semiárido brasileiro – haverá viabilidade para tanta gente na agropecuária?

Para aqueles com possibilidade de progresso econômico na agropecuária, é imperioso o foco em tecnologia (o que não significa a não

opção pelo diálogo, para lembrar uma conhecida injúria materializada na expressão difusionismo), o que demanda técnicos bem capacitados. Seria oportuno uma retomada das metodologias de diagnóstico e planejamento com aporte da economia e das ciências sociais, considerando os ganhos de escala via cooperativismo e outras ações coletivas baseadas em relações mais simétricas. Ao mesmo tempo, uma atenção deve ser dada às relações de dependência no espaço de mediação.

O estado deve regular o mercado, prover bens públicos e apoiar os agricultores, inclusive, no combate à insegurança dominial. Há ainda uma quantidade imensa de glebas sem o devido documento da terra, à espera e regularização, que deveria ser prioridade dos órgãos de terra. Da mesma forma, os assentamentos rurais devem ser titulados, como, aliás, praticamente imploram grande parte dos seus ocupantes (experenciaremos isso no dia a dia do Incra da Bahia e do Rio Grande do Sul). Concordamos com De Janvry e Sudolet (2011), quando afirmam que, em diversos locais da reforma agrária latino-americana, as famílias não foram tituladas para manter o controle clientelista das populações envolvidas (ainda que, no Brasil, os discursos dos defensores da não titulação se baseiem em outros aspectos, especialmente, ideológicos, derivados da vulgar marxista). Como procurou-se demonstrar em Alves et al. (2015), a não titulação, ao mesmo tempo em que protege o assentado das forças do mercado, o aprisiona na pobreza.

Em complemento às ações estatais, é vital o reforço das relações dos pequenos produtores empobrecidos com os mercados e com os grupos mais bem estabelecidos, conforme recomendação do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura, das Nações Unidas (INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT, 2013).

Para o Neuchâtel Initiative (2007), que reúne as principais instituições de desenvolvimento rural do Mundo, o acesso aos mercados por agricultores pobres é difícil pela falta de “know-how” comercial e de informação, restrições das quantidades e qualidade de sua produção,

falta de capital, dificuldade de assumir riscos, pequena margem de renda para a sobrevivência, relações de desconfiança entre atores das cadeias oligopolistas, fraca articulação em áreas rurais e baixos investimentos públicos.

Concluimos com a sugestão de três eixos orientadores das políticas públicas: proteger, interromper e inserir (BUAINAIN et al., 2012). Em suma, disponibilizar a rede de proteção social, assim como a infraestrutura básica (proteger); investir em educação e em trabalho para jovens (interromper); e investir em agricultura, serviços e indústria, visando, também, a empregabilidade das pessoas (inserir).

Vivemos um momento de transição no rural brasileiro. A tarefa de dar conta das demandas econômicas (agrícolas ou não) dos pequenos produtores, ou seja, a mediação da pobreza, ganha se for precedida pela análise da própria mediação.

Referências

- ALVES, E. R. A.; SANTANA, C. A. M.; CONTINI, E. Extensão rural: seu problema não é a comunicação. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Org.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 65-86.
- ALVES, E. R. A.; SOUZA, G. S.; GOMES, E. G. **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2013.
- ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S. e; GARAGORRY, F. L.; MELLO, P. F. O sonho de produzir: assentados da reforma agrária da Bahia e do Rio Grande do Sul. **Revista de Política Agrícola**, ano 24, n. 3, p. 114-133, jul./set. 2015.
- ANÁLISE diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico. Brasília, DF: Incra, 1997.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Um retrato do lado pobre da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 66-92, set./dez. 2016.
- AZEVEDO, B. M. M. **Uma análise antropológica de Douglass North (1973-2009): indivíduo, racionalidade, cultura e instituições**. 2015. 263 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 45-62, 2014. Suplemento 1.
- BALSADI, O. V. Emprego na agricultura brasileira: notas de subsídios para as políticas públicas de erradicação

- da pobreza. In: BUAINAIN, A. M.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília, DF: IICA, 2012. p. 287-317. (IICA. Desenvolvimento rural sustentável, v. 16).
- BIERSCHENK, T. Development projects as arenas of negotiation for strategic groups: a case study from Bénin. **Sociologia Ruralis**, v. 28, n. 2-3, p. 146-160, Aug. 1988. DOI: 10.1111/j.1467-9523.1988.tb01035.x.
- BINSWANGER, H. P. Empowering rural people for their own development. **Agricultural Economics**, v. 37, n. S1, p. 13-27, Dec. 2007. DOI: 10.1111/j.1574-0862.2007.00232.x.
- BOISSEVAIN, J. Apresentando amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 127-215.
- BOISSEVAIN, J. Social manipulators: brokers as entrepreneurs. In: BOISSEVAIN, J. **Friends of friends: networks, manipulators and coalitions**. New York: St. Martin's Press, 1974. p. 147-169.
- BORGES, R. B.; BUAINAIN, A. M.; NEDER, H. D. Pobreza: conceitos e mensuração. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. p. 241-258. (IICA. Desenvolvimento rural sustentável, v. 16).
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 556 p.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 65-69.
- BOURDIEU, P. Une classe objet. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 17, n. 1, p. 2-5, 1977.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004. 328 p.
- BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S.; NEDER, H. D. Pobreza rural: pontos para agenda de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília, DF: IICA, 2012. p. 505-534. (IICA. Desenvolvimento rural sustentável, v. 16).
- BURT, R. S. **Brokerage and closure: an introduction to social capital**. Oxford: Oxford University Press, 2005. 296 p.
- CAVALCANTI, A. R. **Modelo conceitual para transferência de tecnologia na Embrapa: um esboço**. Brasília, DF: Embrapa, 2015. 120 p. (Embrapa. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento. Texto para discussão, 44).
- CHAMBERS, R. A revolution whose time has come?: the win-win of quantitative participatory approaches and methods. **IDS Bulletin**, v. 41, n. 6, p. 45-55, Nov. 2010.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.
- CORADINI, O. L. Estruturas de dominação, integração social e muito mais: os confrontos entre as noções de capital social de Bourdieu e de Coleman. **BIB**, n. 69, p. 23-41, 2010a.
- CORADINI, O. L. Recursos de origem, investimentos e expectativas de retribuição na militância no MST. **Espacio Abierto**, v. 19, n. 3, p. 445-473, jul./set. 2010b.
- DE JANVRY, A. Agriculture for development: new paradigm and options for success. **Agricultural Economics**, v. 41, n. S1, p. 17-36, Nov. 2010.
- DE JANVRY, A.; SAUDOLET, E. The three puzzles of land reform. **Revue d'Economie du Développement**, v. 1, p. 107-114, 2011.
- DEDECCA, C. S. Contribuições para a agenda da política de combate à pobreza rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. p. 107-119. Brasília, DF: IICA, 2012. (IICA. Desenvolvimento rural sustentável, v. 16).
- DIESEL, V.; HASS, J. M. Transições metodológicas: atuação extensionista na elaboração dos PDA e PRA na Ates do RS. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. (Org.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir do serviço de ATEs aos assentamentos de reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 269-304.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 228 p.
- ELLIS, F. Strategic dimensions of rural poverty reduction in sub-Saharan Africa. In: HARRISS-WHITE, B.; HEYER, J. (Org.). **The comparative political economy of development: Africa and South Asia**. London; New York: Routledge, 2010. p. 47-63.
- FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel: post scriptum. **Revue Française de Science Politique**, n. 1, v. 51, p. 199-215, 2001. DOI: 10.3917/rfsp.511.0199.
- GOULD, R. V.; FERNANDEZ, R. M. Structures of mediation: a formal approach to brokerage in transaction networks. **Sociological Methodology**, v. 19, p. 89-126, 1989. DOI: 10.2307/270949.
- GRAZIANO, L. **A conceptual framework for the study of clientelism**. New York: Cornell University, 1975. 56 p.
- GUANZIROLI, C. E. Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. E.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. (Org.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 13-68.
- GUTIÉRREZ, A. La reproduction de la pauvreté: note de recherche: sur les échanges de capital social à Cordoba.

- Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 5, n. 160, p. 88-97, 2005. DOI: 10.3917/ars.160.0088.
- HELFAND, S. M.; PEREIRA, V. F. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília, DF: IICA, 2012. p. 121-159. (IICA. Desenvolvimento rural sustentável, v. 16).
- HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 79-112, jan./jun. 2006.
- INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. **Rural sustainable development in the semi-arid region of Bahia: pro-semiarid project**. Project Design Report. Main report and appendices. 2013. Disponível em: <<https://www.ifad.org/documents/10180/2762bf0b-4162-483f-bc03-a7bbf41f68ca>>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- JOBERT, B.; MULLER, P. **L'Etat en action: politiques publiques et corporatismes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- LEMARCHAND, R. Political clientelism and ethnicity in tropical Africa: competing solidarities in Nation-Building. In: SCHMIDT, S. W.; SCOTT, J. C.; LANDÉ, C.; GUAISTI, L. (Ed.). **Friends, followers and factions: a reader in political clientelism**. Berkeley: University of California Press, 1977. p. 100-123.
- LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.
- MELLO, P. F. **Assentamentos rurais no Brasil: uma releitura**. Brasília, DF: Embrapa, 2016. 278 p. (Embrapa. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento. Texto para discussão, 45).
- NAVARRO, Z. Agroecologia: as coisas em seu lugar (a agronomia brasileira visita a terra dos duendes). **Colóquio: revista do desenvolvimento regional**, v. 10, n. 1, p. 11-45, jan./jun. 2013.
- NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação). In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Org.). **Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade**. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 25-63.
- NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 248 p. (Embrapa. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento. Texto para discussão, 42).
- NEUCHÂTEL INITIATIVE. **Common framework on agricultural extension**. 2007. Disponível em: <<http://www.g-fras.org/en/knowledge/documents/neuchatel-initiative/file/43-common-framework-on-agricultural-extension>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- NEVES, D. P. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista NERA**, ano 8, n. 7, p. 68-93, jul./dez. 2005.
- NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p. 147-168. (UFPR. Pesquisa, 40).
- OLIVIER DE SARDAN, J. P. Africanist traditionalist culturalism: analysis of a scientific ideology and a plea for an empirically grounded concept of culture encompassing practical norms. In: DE HERDT, T.; OLIVIER DE SARDAN, J.-P. (Org.). **Real governance and practical norms in Sub-Saharan Africa: the game of the rules**. New York: Routledge, 2015. p. 63-94.
- OLIVIER DE SARDAN, J. P. **Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social**. Marseille: Apad; Paris: Karthala, 1995. 224 p. (Homme et société: changement social et développement).
- OLIVIER DE SARDAN, J. P. Development, governance and reforms: studying practical norms in the delivery of public goods and services. In: HAGBERG, S.; WIDMARK, C. (Ed.). **Ethnographic practice and public aid: methods and meanings in development cooperation**. Publisher: Acta Universitatis Upsaliensis, 2009. p. 101-123.
- OLIVIER DE SARDAN, J.-P. L'anthropologie peut-elle être un sport collectif? ECRIS, vingt ans après... In: SCHAREIKA, N.; SPIES, E.; LE MEUR, P.-Y. (Ed.). **Auf dem Boden der Tatsachen. Festschrift für Thomas Bierschenk**. Köppe: Köln, 2011. p. 31-44. (Mainzer Beiträge zur Afrikaforschung, 28).
- RAY, C. **Culture economies: a perspective on local rural**. Newcastle: Centre for Rural Economy, Dept. of Agricultural Economics and Food Marketing, University of Newcastle upon Tyne, 2001.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre troca mercantil e reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 328 p.
- SALAMA, P. A pobreza na América Latina e seu combate no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. p. 161-204. (IICA. Desenvolvimento rural sustentável, v. 16).
- SILVA, N. V. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 33-52.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: una guía práctica**. Santo Domingo: Centro Cultural Poveda, 2003.
- WOLF, E. R. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2003. p. 73-91.